

Carreira interna Oficiais distribuídos por tarefas de ensino e planeamento

GNR promoveu 40 coronéis para travar mal-estar contra generais

Maior parte dos oficiais formados na instituição não desempenha funções operacionais mas tarefas burocráticas

José Bento Amaro

● A Guarda Nacional Republicana promoveu, no início deste ano, 40 novos coronéis, aumentando assim o número de oficiais desta patente para cerca de uma centena. Tratou-se de uma medida de excepção no âmbito do que o Governo decidiu para a função pública, mas que, dentro da própria instituição provocou contestação, uma vez que se mantém em suspenso as promoções para cerca de 10 mil guardas. Estas promoções serviram, por outro lado, para tentar travar a insatisfação dos oficiais de carreira por não chegarem aos lugares máximos da hierarquia, entregues a 11 generais oriundos do Exército.

Com as promoções de Janeiro deste ano (com retroactivos a Janeiro de 2010) a GNR passou a ter mais de um terço dos seus coronéis a desempenhar serviços administrativos. Apenas 27 dos oficiais com esta patente estão a comandar unidades, 18 correspondentes aos distritos do continente, duas relativas à Madeira e a Açores e mais sete móveis.

Cinco mil vagas ainda por preencher

O quadro orgânico da Guarda Nacional Republicana prevê a existência de 28 mil efectivos. No entanto, actualmente, apenas 23 mil postos estão ocupados — uma falta de 5000 pessoas, explicada por questões financeiras e pela diminuição de guardas nos postos territoriais, frequentemente requisitados para funções noutros serviços da GNR, como sejam a Escola Segura ou o Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente (Sepna). Há outros serviços, incluídos nos programas especiais da GNR, como, por exemplo, o Policiamento de Proximidade, que acabam por não ser feitos por equipas próprias.

“Na GNR os postos não são comandados por oficiais [na PSP o comando das esquadras está entregue a comissários e subcomissários, os quais já pertencem à classe de oficiais], mas por sargentos. Os oficiais da GNR estão, na sua maioria, dispersos por serviços burocráticos, de estudos e planeamentos”, explicou ao PÚBLICO o presidente da Assembleia Geral da Associação dos Profissionais da Guarda (APG) José Manageiro.

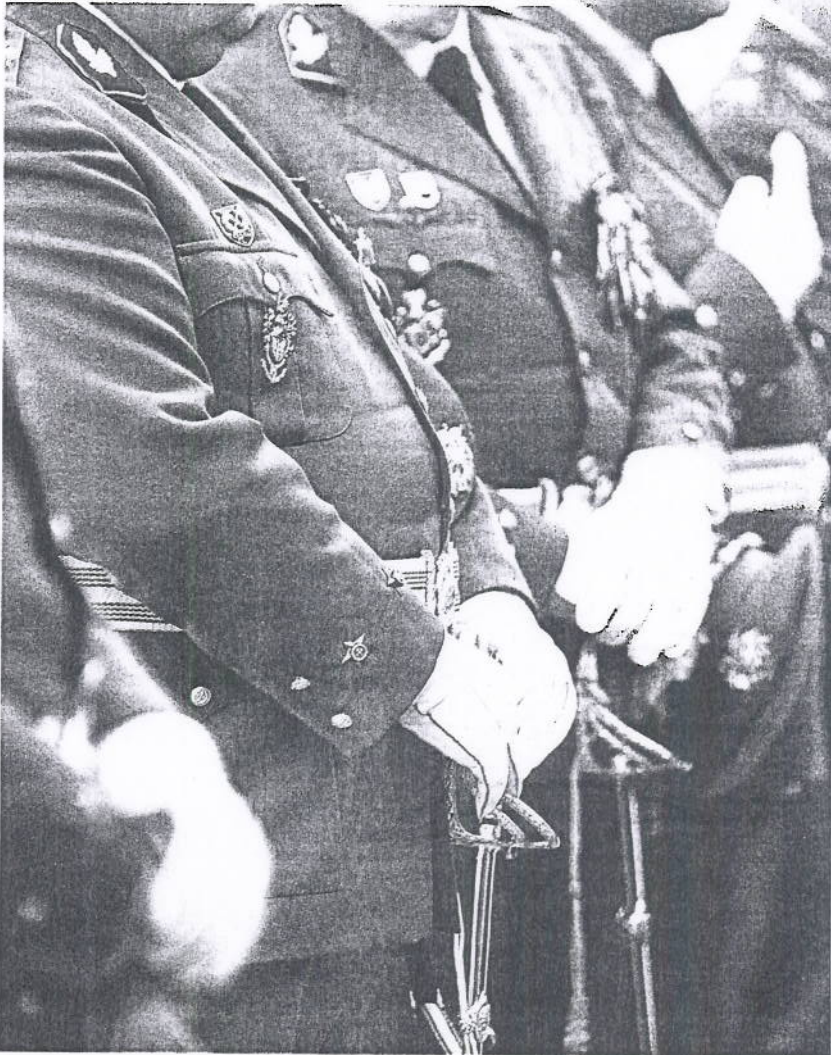
Este dirigente sindical, assim como dois capitães-majores que preferiram manter o anonimato, entendem que o não aproveitamento para tarefas operacionais de grande parte dos oficiais formados internamente “é um factor de desmotivação” e “um desperdício de recursos”. “É incompreensível que, após 100 anos de existência, a GNR continue sem ter um só comandante por si formado”, dizem.

Os actuais 11 generais que estão ao serviço da GNR cumprem, todos eles, comissões de três anos. Por norma são destacados para esta força quando se aproximam do final da sua carreira no Exército. É, dizem os contestatários, um modo de enriquecer o currículo e, ao mesmo tempo, engrossar o valor da reforma.

O aumento de promoções junto dos oficiais generais (onde se incluem os coronéis) não é acompanhado pelas classes abaixo, nomeadamente os guardas. De acordo com José Manageiro há cerca de 10 mil efectivos à espera de poderem ascender a guardas principais e, ao mesmo tempo, nota-se, cada vez mais, a falta de pessoal nos postos. “A suspensão dos cursos de admissão ao longo dos últimos três anos fez com que, actualmente, exista uma falta de cerca de mil guardas”, refere o dirigente da APG.

Para José Manageiro a componente operacional da GNR pode estar seriamente ameaçada, tanto mais que os sucessivos cortes orçamentais não deixam antever uma melhoria a curto prazo. “A falta de liquidez na GNR não é segredo para ninguém”, refere o sindicalista, confirmando as sucessivas reclamações que dão conta de falhas relativamente à existência de viaturas, combustíveis e outros materiais.

Topo da hierarquia da GNR está entregue a generais do Exército



DANIEL ROCHA

Cerca de 200 euros anuais por cidadão

Dois mil milhões para forças de segurança

● Cada cidadão português paga em média mais de 200 euros anuais para a segurança. É esse o valor que obtém quando se dividem os 2000 milhões de euros que o Ministério da Administração Interna (MAI) distribui pelas forças policiais a seu cargo, pelo número total de habitantes do país.

A GNR, com um orçamento que ronda os 850 milhões de euros (aos quais se juntam as percentagens de coimas e multas), é a força com funções de policiamento público que mais recebe, suplantando em menos de 100 milhões de euros o montante distribuído à PSP, que actualmente tem cerca de 21 mil efectivos.

Uma das maiores fontes de receitas da GNR, a Brigada de Trânsito (BT), acabou por ser desmantelada há al-

guns anos e esse é, de acordo com fontes internas, um dos motivos que tem contribuído para o avolumar das dificuldades financeiras. Com a BT a funcionar nos moldes anteriores (cerca de 2000 homens em todo o país e com meios próprios), dizem, a GNR poderia obter receitas próprias idênticas, por exemplo, às obtidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que é entre as polícias na dependência do MAI aquela que

850

O orçamento da GNR ronda os 850 milhões de euros, ao que se juntam as percentagens decorrentes de coimas e multas

maiores proventos em proveito próprio gera.

A recolocação de parte do efectivo em tarefas no exterior é uma das medidas preconizadas para reaver verbas e, em simultâneo, aumentar os níveis de segurança. Na GNR, o peso do efectivo afecto ao chamado trabalho de escritório é superior, no país inteiro, a 20 por cento. Em Lisboa, nas instalações onde antes estava sediado o comando da extinta Guarda Fiscal funciona agora o Comando Recursos Internos. Só nesse espaço trabalham, em tarefas administrativas, quase 2000 pessoas. A estes somam-se diversos outros milhares espalhados pelos comandos das unidades territoriais e ainda pelo comando nacional, no Largo do Carmo. J.B.A.